

ARTIGO

A UNIDADE ARTIFICIAL NA MENTALIDADE ESCÂNDALO



CLARA BEZERRIL CÂMARA

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
– Brasil*

ORCID: 0000-0002-6950-5870

MARCO ANTONIO ROXO DA SILVA

Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0001-5398-622X

DOI: 10.2521100/BJR.v16n2.2020.1322

Recebido em: 09/03/2020

Desk Review em: 25/05/2020

Editor do Desk Review: Fábio Pereira

Revisado em: 07/08/2020

Revisado em: 05/09/2020

Aceito em: 05/10/2020

RESUMO – Neste artigo, propomos refletir sobre algumas das estratégias narrativas que estruturam a ideia de escândalo político. Para isso, propomos conceber os escândalos políticos, no jornalismo, como uma mentalidade. É essa mentalidade que resguarda estratégias narrativas que auxiliam na compreensão desses acontecimentos, concebidos como escândalos. Aqui, focamos em apresentar três dessas estratégias, contidas no que chamamos de “unidade artificial”, e que oferecem ao leitor uma ideia de que há uma grande narrativa de escândalo, uniforme e infundável. Unindo pressupostos da Análise Crítica da Narrativa e do paradigma indiciário, focamos nossas reflexões na listagem de escândalos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), feita pelo jornal *O Globo*.

Palavras-chave: Escândalos políticos. Mentalidade. Unidade artificial. Narrativa. Jornalismo.

THE ARTIFICIAL UNITY IN THE SCANDAL MENTALITY

ABSTRACT – In this article, we seek to understand what narrative negotiations exist that turn the idea of political scandal artificially possible. To articulate this argument, we propose to conceive political scandals in journalism as a mentality. It is this mentality that

make possible narrative strategies that help in understanding these events, which are conceived as scandals. Here, we focus on presenting three of these strategies, contained in what we call “artificial unity”, and which offer the reader an idea that there is a great narrative of scandal, uniform and endless. Uniting assumptions of the Critical analysis of narrative and the indiciary paradigm, we focus our reflections on the list of scandals occurred during the Workers’ Party (PT) government and made by the newspaper *O Globo*.
Key words: Political scandals. Mentality. Artificial unity. Narrative. Journalism.

LA UNIDAD ARTIFICIAL EN LA MENTALIDAD ESCANDALO

RESUMEN – En este artículo, proponemos reflexionar sobre algunas de las estrategias narrativas que estructuran la idea del escándalo político. Para eso, proponemos concebir los escándalos políticos, en el periodismo, como una mentalidad. Es esta mentalidad la que protege las estrategias narrativas que ayudan a comprender estos eventos, que se conciben como escándalos. Aquí, nos enfocamos en presentar tres de estas estrategias, contenidas en lo que llamamos “unidad artificial”, y que ofrecen al lector una idea de que hay una gran narrativa de escándalo, uniforme e interminable. Uniendo los supuestos del análisis crítico de la narrativa y el paradigma indicativo, centramos nuestras reflexiones en la lista de escándalos de los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT), realizada por el periódico *O Globo*.

Palabras clave: Escándalos políticos. Mentalidad. Unidad artificial Narrativa. Periodismo.

1 Introdução

O que são escândalos políticos? Indagamos, para além de narrativas que, em muitos casos, guiam as notícias sobre a política nos jornais. São narrativas noticiosas que contam fatos políticos, mas também podem guiar o nosso olhar sobre a política através dos jornais. Por isso, escândalos políticos parecem ser inerentes às narrativas jornalísticas, saindo naturalmente dos conteúdos que as moldam. Os escândalos, porém, resguardam as mesmas características de quaisquer outras narrativas jornalísticas não escandalosas. Isso nos permite argumentar que estudar os escândalos é importante em função do seu conteúdo. Mas sua relevância tem a ver com uma série de estruturas narrativas prévias que, historicamente, sustentam sua manifestação no jornalismo. Essa vertente de estudos também precisa ser percebida e explorada e constitui o objetivo deste artigo.

Diante da pertinência desse pensamento, a ideia de que o escândalo nasce de uma ruptura da ordem precisa ser repensada. Nem sempre há uma ruptura de fato, essa ruptura é apenas uma concepção diante de várias outras. Normalidade e ruptura não são noções pré-determinadas. Elas se constroem e são reformuladas com o passar dos tempos e, nesse caso dos escândalos políticos no jornalismo, são sempre articuladas nas narrativas quando é necessário que um evento seja visto como escandaloso.

Por isso, propomos um rearranjo na maneira de observar os escândalos políticos nas narrativas jornalísticas. A sugestão é que sejam concebidos como mentalidade, como maneira de julgar determinados eventos instaurada por algumas estratégias narrativas. O foco sairia dos conteúdos dos escândalos e se estabeleceria, conjuntamente, na importância das formas narrativas, das estruturas prévias que guiam a nossa percepção.

Assim, iremos explorar uma das estratégias narrativas contidas na mentalidade escândalo, que denominamos de “unidade artificial”, elaborada visando proporcionar uma ideia de coesão entre diferentes narrativas. Na “unidade artificial”, os elementos tempo, personagens e ação desempenham papéis de estruturadores de uma narrativa. Eles ajudam a organizar a ideia de que houve uma transgressão fora do comum que precisa ser exposta. Desse modo, proporcionam maior estabilidade para a seguinte narração proposta: este é um malfeito diferente de todos os outros e precisa ser esmiuçado.

Com esse objetivo, organizamos o artigo apresentando inicialmente os escândalos como mentalidade. Na sequência, tratamos de como essa mentalidade é legitimada, inclusive, pelo lugar de fala que o jornalismo proclama ocupar, de guardião da democracia. Por fim, buscamos ilustrar essa discussão com a estratégia acima citada, de “unidade artificial”. Partimos de elementos presentes nas narrativas sobre os escândalos ocorridos ao longo dos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016 e reportados pelo jornal *O Globo*, um dos principais jornais liberais-conservadores do Brasil, base do nosso *corpus* de pesquisa.

Durante os anos em que o PT ficou na presidência, muito se falou sobre a reincidência dos escândalos políticos envolvendo o partido e no quanto isso poderia ter influenciado um sentimento crescente de aversão aos seus governos – apesar das quatro eleições presidenciais vencidas. Na academia e fora dela, há incontáveis

tentativas de análises do que foi esse momento na história do país, visões positivas e negativas aos governos do partido¹. Aqui, observamos algumas dessas narrativas consideradas escandalosas e buscamos por caminhos possíveis de análise e debate.

Nesse sentido, o nosso argumento é de que essa estratégia da “unidade artificial” foi fundamental para sustentar perante o público a noção de que as bases políticas dos governos de esquerda do PT foram orientadas por um quadro de corrupção generalizada. Do ponto de vista metodológico, as observações e considerações aqui feitas se basearam nos termos da Análise Crítica da Narrativa (Motta, 2013). Esse material foi visto à luz do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), na medida em que este auxiliou a complexa tarefa de tentar evidenciar elementos que têm sido deixados de lado nas análises sobre jornalismo.

2 Mentalidade escândalo: visão geral² para uma nova abordagem

“Um fato científico é um sinal de resistência que se opõe ao pensamento livre e arbitrário”, diz Fleck (2010), ao discutir as transformações na concepção e abordagem ao problema da sífilis. No geral, o autor argumenta que a sífilis era tratada cotidianamente mais como problema moral que doença, e isso contribuía para a enfermidade não ser levada em consideração para investigações científicas. Assim, ele tratava, em certa medida, do impacto dos escândalos na comunidade científica, pois, para avançar, a ciência era obrigada a lidar diretamente com as rupturas sociais, culturais e econômicas que o estudo sistemático da doença suscitava com o passar dos tempos. Similarmente é assim com os escândalos políticos. Eles têm sido tratados como essenciais para a manutenção democrática e a legitimação dos sistemas profissionais do jornalismo como “sentinelas morais” (Ettema & Glasser, 1989) das sociedades nas quais estão inseridos.

Esse fato, constituído com auxílio das próprias narrativas jornalísticas, e reiterado academicamente, nada mais é do que a grande provocação de Fleck: tem uma gênese e um desenvolvimento. Pois escândalo é, da mesma forma, espetáculo político, teatralização, prestação de contas, visibilidade enviesada, entretenimento, experiência estética e legitimação jornalística. Retirados todos esses predicados, o que resta? Esvaziados os sentidos do escândalo,

comumente reivindicados, que pontos comuns podem ser estabelecidos? Em suma, quais são as sustentações narrativas que potencializam a reincidência de escândalos políticos no jornalismo ao longo do tempo?

A reincidência parece ter fundamentado os escândalos como a base da experiência política narrada e como estratégia de sucessivas ressignificações do próprio exercício jornalístico – cuja relação com a democracia se torna vital para manutenção de seu poder simbólico (Bordieu, 1989) e capital político (Thompson, 2002). Em outras palavras, as narrativas escandalosas não são distintas de outros tipos de narrativas sobre políticas. Ao ver o escândalo, a sensação que se tem é que suas características constituintes são exteriores e tão pré-determinadas e, por isso mesmo, percebidas como naturais, impactando nas análises dessas narrativas.

Thompson (2002) identifica quais são as fases do escândalo dentro da concepção na qual essa prática é vista como instrumento das disputas políticas. Silva (2014) discute a formação do escândalo do Mensalão em acontecimento previamente enquadrado por ele como escândalo. Prior (2015) propõe enxergar o escândalo como experiência estética, mas o faz a partir do evento consolidado. Motta e Guazina (2010) identificam o conflito como pré-categoria estruturante no jornalismo político e ilustram isso a partir do caso do Mensalão, mas a polarização é dada como naturalizada. Mesmo sendo uma categoria anterior à estrutura do jornalismo político, como colocam os autores, ela aparece como estruturante tão naturalmente quanto qualquer outro elemento que figura, hoje, nas narrativas jornalísticas.

É o que fica evidente quando tentamos pensar o escândalo sem atribuir seus sentidos recorrentes no jornalismo. Enviesamento, espetáculo, conflito. Sem nada disso, o escândalo é apenas uma narrativa vazia, esperando para ser carregada de sentidos. São sucessivas incursões a lugares já conhecidos. Um político paga por apoio eleitoral. Outro usa sua influência para conseguir maioria em uma votação na Câmara dos Deputados. Grande parte do sentido escandaloso dessas narrativas está na maneira como as observamos.

E é aí que se relaciona um aspecto que buscamos contemplar na nossa proposta de abordagem: a cultura profissional. Os jornalistas podem divergir entre si sobre a seleção de fontes e sobre o que é ou não notícia (*news judgement*). No entanto, essas divergências ocorrem dentro de uma estrutura de referência³ ofertada pelas normas predominantes do profissionalismo jornalístico. Portanto,

elas são debatidas levando-se em consideração o que é normal e natural na sociedade, pois as noções de noticiabilidade tendem a se concentrar no desvio, no estranho e no insólito. Por isso, as narrativas jornalísticas contêm uma moral oculta que visa manter e defender implicitamente as normas e os valores sociais dominantes (Soloski, 1993, p.97). Essa base parece fundamentar uma faculdade anterior para julgar determinadas narrativas jornalísticas como escândalo. Aqui, propomos encará-las como determinada mentalidade.

Dois aspectos são importantes. O primeiro é que essa concepção diz respeito à formação de quadros mentais. Por um lado, a noção de “estruturas de referência” guarda certa relação com o que Durkheim chamou de “consciência coletiva”. A sua materialização são fatos sociais externos e impositivos às consciências individuais. Isto dá sentido à importância das narrativas jornalísticas serem chanceladas pelos pares.

Por outro lado, elas guardam relações com um conjunto de representações compartilhadas com as quais os homens comuns dão sentido as suas crenças e atitudes. Em suma, podemos dizer que os escândalos políticos conectam o idioma particular do jornalismo herdado do seu sistema profissional com um idioma mais geral fornecido pela nossa cultura (Darnton, 1988). É a isto que estamos chamando de “mentalidade”. Em termos marxistas, trata-se das mediações entre as condições objetivas de vida dos homens e a forma como eles a narram e a vivem (Volvelle, 1985).

O segundo é que autores distintos, como Darnton (2012) e Thompson (2002), associam o escândalo político ao libelismo e ao panfleto difamatório, práticas literárias que precedem o advento da democracia liberal e do jornalismo profissional, sendo posteriormente incorporadas por estes na defesa de uma moral pública. Eles argumentam que, por meio dessas práticas, notórios libelistas, como John Wilkes, adentravam o mundo fechado dos grandes personagens e publicizavam segredos de suas vidas privadas através da venda de panfletos.

Ao fazerem isso, os libelistas se autoproclamavam heróis de uma luta mais ampla para defender “os direitos da humanidade”, “os direitos do homem” e os “direitos sagrados da natureza” (Darnton, 2012, p.378). A proibição de publicações de caráter difamatório, mesmo sendo, algumas vezes, “abusiva” e “temerária”, foi interpretada por alguns setores da sociedade inglesa como uma restrição à liberdade de imprensa (Thompson, 2002, p.78). Por isso, iremos dar importância aos atributos narrativos associados à prática

do escândalo tendo em vista o fato de ele se constituir como uma das formas narrativas da política e em um tipo de política narrativa no qual indivíduos comuns interpretam a política dentro do seu idioma geral (Schudon, 1993). É dessa forma que o artigo pretende contribuir para a compreensão do tipo de compromisso político estabelecido pelo jornalismo no Brasil.

Isto se conecta com uma preocupação em entender, sob uma perspectiva histórica, os comportamentos e as atitudes coletivas, antes tidos como objetos privilegiados de atenção da Psicologia. Uma preocupação que se volta para a natureza contagiosa e coletiva, para usar os termos de Wallon (1972), desses valores compartilhados no tempo. A menção ao trabalho de Wallon, nesse contexto, não se faz por acaso. As suas investigações, ao tratar de emoções, são uma das bases sobre a qual o historiador Lucien Febvre articula seu pensamento em prol de uma quebra do que ele chama de “fetichismo do fato” (1977, p.252). Faz-se, assim, referência ao seu vigoroso combate ao positivismo que imperava nos estudos históricos, a busca ferrenha pelo fato histórico como o “átomo pretendido da história” (Febvre, 1977), às análises que se debruçavam sobre referências “oficiais”, com um olhar restrito, em busca de dados igualmente limitados – e limitantes.

Febvre advoga em defesa de uma interdisciplinaridade que até então não se via no campo da História, propunha “negociar perpetuamente novas alianças entre disciplinas próximas ou longínquas” (Febvre, 1977, p.24). Não à toa a Antropologia, com especial atenção à Etnologia, à Psicologia e à Sociologia se imbricaram de maneira tão intensa com a essa nova visão. O autor refletia, dessa maneira, sobre uma necessária abertura, em termos não só de fontes, mas de objetos merecedores da atenção dos historiadores.

A análise de mentalidades, nesse contexto de ampliação, ganharia destaque. Mas não da maneira como já havia sido explorada em séculos passados, centradas em perfis psicológicos de personagens históricos (Raminelli, 1990), e, sim, pensando na abrangência das ideias compartilhadas. Tem-se a compreensão, afinal, de que essas ideias, atravessando tempos, situações e organizações sociais, nos ajudam a entender uma parcela importante do funcionamento das sociedades, das conjunturas sociais, econômicas, políticas, temporais – enfim, históricas.

A referência que se tem é de uma história de longa duração, que se atenta a entender a “psicologia coletiva das sociedades” (Nora & Le Goff, 1974, p.76), sabendo que essa psicologia se movimenta lentamente. O termo “longa duração” é usado propositalmente em

referência ao artigo de Braudel (1965), em que acena para a importância da estrutura no entendimento dessa observação da história que se volta para o longo tempo e o cotidiano. E, além disso, o termo evidencia outra questão que nos é valiosa: a oposição que parece existir entre o instantâneo e a longa duração. Objeto tido, antes, como privilegiado nos estudos históricos, a observação da erupção dos grandes eventos, que favorecem a ideia de curta duração e de que o “acontecimento é explosivo” (Braudel, 1965, p.264), inspira mudanças, seria posta de lado para abrir espaço para as permanências.

Focar nessas permanências é focar nas estruturas. “A mentalidade, ela mesma, não é uma estrutura?”, perguntam Nora e Le Goff (1974, p.70). E endossamos a questão. Pensamos em uma mentalidade que, assim como estrutura, movimenta-se lentamente na história, sustenta um conjunto prévio de concepções, organiza as maneiras de se observar e se colocar no mundo. No caso do jornalismo e dos escândalos políticos que ele expõe, essa estrutura precisaria ser pensada em termos profissionais. E, abraçando suas contradições, para compreender essa mentalidade é necessário fazer outras pontes argumentativas.

Por isso, há um ponto dessa exposição que nos interessa especialmente: aproximar a ideia de mentalidade com a de uma junção de crenças. Perante esse desafio, buscamos por uma abordagem que contemple essa preocupação, que assimile uma tentativa de mapear estratégias sensíveis (Sodré, 2006) que atravessam tempos: como são os julgamentos que acreditamos existir no jornalismo, em um conjunto prévio de noções que estabelecem leituras específicas a respeito de determinados eventos.

Pensar o escândalo como mentalidade, no jornalismo, diz respeito a levar isso em consideração. Como mentalidade, o escândalo passa a ser uma maneira de julgar os acontecimentos, de acordo com os requisitos estabelecidos para se traduzir um malfeito em algo maior. No jornalismo, a mentalidade está relacionada com o próprio *ethos* profissional (Ribeiro, 2003; Zelizer, 1990), com a maneira como são estabelecidos os códigos de abordagem aos fatos.

É preciso lembrar, nesse ponto, que as Ciências Sociais, em especial a Sociologia e a Antropologia, têm buscado compreender como os conjuntos de regras, crenças e valores são compartilhados em ambientes profissionais. Assim, em busca de estruturar o conceito de mentalidade, relacionamos duas ideias: 1) a *Mindset Collective Analysis*, da sociologia; 2) o entendimento de “momentos chave”, proposto por Barbie Zelizer.

Essa troca interdisciplinar surge da busca por um entendimento do que seria essa capacidade de julgar determinados eventos sob uma ótica específica. Levamos em consideração, inicialmente, que haveria uma especificidade das narrativas de escândalo. Mas não uma especificidade que fosse capaz de prover um entendimento prévio dessas narrativas, que pudesse destacá-las antes mesmo que fossem expostas. Esse tipo de especificidade não parece ser possível no caso dos escândalos políticos. Por isso, buscamos por uma especificidade que pudesse nos ajudar a pensar os escândalos políticos no jornalismo, partindo especialmente do que essas narrativas têm a dizer sobre o próprio jornalismo como instituição, como produtor de conhecimento e como ator político.

2.1 O lugar de fala autoproclamado do jornalismo e a “mentalidade escândalo”

No contexto da sociologia, Pohlmann et al. (2014) e Pohlmann e Valarini (2013), se voltam para as dinâmicas estabelecidas nas grandes corporações: os antecedentes culturais que atravessam essas dinâmicas e os “estoques de conhecimento” que resultam dessas interações. Sobre esse termo, recai a compreensão de que existe, no âmbito dessas instituições, um conteúdo objetivo e subjetivo que é compartilhado entre as pessoas. Esse conteúdo passa por ensinamentos diretos, verbais, e por aprendizados que são assimilados por vias indiretas, apreendidos a partir de ações, partilhados pela experiência individual e coletiva, advindos da observação, da prática posta em movimento.

Para elucidar como o “estoque de conhecimento” é traduzido em orientações que guiam ações, Pohlmann et al. (2014) sugere o que chama de *Mindset Collective Analysis*, CMA. Esse é um método qualitativo de análise, originado na Alemanha⁴. A noção de “mentalidade coletiva” é de influência weberiana, com destaque para as considerações feitas por Weber a respeito do papel das ideias na história e como elas levam a mudanças sociais, incluindo mudanças em instituições (Pohlmann et al., 2014).

Essa “mentalidade coletiva”, por sua vez, “nos diz sobre a construção espiritual e o estoque de conhecimento em uma dada sociedade, cultura ou economia” (Pohlmann et al., 2014). No nosso contexto de análise, seria o mesmo que diferenciar entre opinião,

estilo ou atitude de um determinado jornalista, escrevendo sobre escândalos, e toda uma cultura profissional que acompanha esse jornalista específico e todos os seus colegas. Essa cultura se constitui ao longo dos anos, está inserida na nossa sociedade, na nossa cultura, e expõe a maneira como os jornalistas se veem dentro da profissão e como enxergam a instituição da qual fazem parte.

Por isso propomos que essas narrativas sejam tomadas como pertencentes a uma cultura profissional do jornalismo, adaptada de um modo particular no país, e desenvolvida de maneira a enxergar que algumas sequências de eventos podem – e precisam – ser destacadas para que uma determinada opinião sobressaia delas. Uma opinião, um olhar que os identifica como escândalos políticos, e não como meras transgressões. É o modo de se pensar nos relatos de escândalos como uma mentalidade.

O compartilhamento desses “estoques de conhecimento” é o ponto central. Afinal, para que a mentalidade que julga o escândalo seja estabelecida, é preciso que esses estoques sejam repassados, dentro do quadro de atividade dos jornalistas. De nada adiantaria que apenas um pequeno grupo assumisse o julgamento dessa sequência de eventos; há de se reconhecer sua existência, repassá-la e fazer com que seja percebida como tal por todos os outros, dentro e fora do círculo jornalístico.

De acordo com Zelizer (1990, p.366), ao veicular suas narrativas a respeito de determinados eventos, os jornalistas criam repertórios de eventos anteriores que passam a ser usados como parâmetros para os eventos atuais. Zelizer (1990) discute a legitimação de jornalistas através de (suas) narrativas, afirmando que “os jornalistas posicionam a si mesmos em suas estórias ao construir, documentar e perpetuar sua autoridade de recontar eventos” ().

A mentalidade escândalo depende muito dessa cultura profissional compartilhada pelos jornalistas. Ela é fundada sob uma gama de conhecimentos e sentidos específicos que vão sendo reunidos na medida em que os jornalistas precisam falar sobre os acontecimentos que reconhecem como escândalos. Ela surge da necessidade de se falar sobre o escândalo e de imputar a essa série de eventos uma condição diferenciada, pois mais dramática, com um peso político maior e com uma narrativa jornalística que empodera o próprio jornalismo. É nesse sentido que a mentalidade escândalo e a legitimidade jornalística funcionam como influxos recíprocos.

No Brasil, o fortalecimento dessa legitimidade parece estar associado a um processo de mudanças na maneira como o jornalismo

passou a ser feito e percebido – por aqueles que o faziam e, aos poucos, pelos que o consumiam. Esse processo é comumente referido como “modernização”⁵ do jornalismo brasileiro e tem seu aporte temporal indicado para meados da década de 1950. Ela é reconhecida como marco dessas mudanças justamente por ter sido o período em que elas puderam ser vistas de forma una, e com mais força, com mais autorreconhecimento por parte daqueles que estavam no centro de tudo isso: os jornalistas. Houve alterações na forma como os jornalistas percebiam seu trabalho. A virada se relacionava com os ideais jornalísticos de busca da verdade, cumprimento de um papel social e guardião da democracia – questões que surgem à luz desse novo caminho (Câmara, 2019).

Pode-se afirmar que esses novos direcionamentos contribuíram para a percepção do compromisso político que o jornalismo brasileiro passaria a perseguir (Câmara & Melo, 2018) no país. Estamos nos referindo ao papel desejado pelo jornalismo na sociedade, sua pretensão de destacar seu caráter de prestador de serviços em benefício da democracia, a exemplo de se colocar como fiscal de poderes políticos, nos termos de um cão de guarda (Azevedo, 2010), ou como um poder moderador (Albuquerque, 2000).

Não se trata de dizer que o escândalo começou a partir da modernização. Mas que ele desempenhou um papel importante na modelagem do que viria a ser o “moderno” jornalismo brasileiro – com pretensões, intencionais ou não, de se equiparar à realidade estadunidense, e que se adaptou de maneira peculiar aqui.

À época da “modernização”, o uso do adjetivo “moderno” passou a descrever o exercício jornalístico ressignificado em especial e a ser um dos grandes definidores dessa tentativa de “novo” modelo. Como lembra Jácome (2017, p.10), argumentos similares permeavam a imprensa já no século XIX, sempre fazendo supor que havia um momento anterior, “não moderno”, cujo exercício não estivesse alinhado com a atualidade.

No contexto da década de 1950, parece ter sido, do mesmo modo, um recurso narrativo de autopromoção de uma guinada do exercício jornalístico. Certamente, houve mudanças na maneira como os jornais passaram a estruturar as notícias, no modo como os jornalistas – e os jornais – se profissionalizaram, e, conseqüentemente, como passaram a ver a si próprios e a profissão que exerciam. Houve a implementação de uma agenda que buscava fortalecer todas essas mudanças como estratégias fundamentais para tornar o jornalismo alinhado com os ideais de um “mundo moderno”.

O padrão ideal objetivo, na maneira como enxergamos, foi um esforço para sinalizar que o jornalismo deveria servir, acima de tudo, a uma causa considerada nobre e acompanhá-la de tal modo que seu exercício estaria conectado ao pleno exercício dessa causa. A defesa democrática coroa essa possibilidade.

Nesse contexto, parte considerável das análises feitas de escândalos narrados pelo jornalismo de viés “moderno” associaram essa prática à informação (Chaia & Teixeira, 2001; Aldé & Vasconcellos, 2008; Senne, 2009; Azevedo, 2010; Guazina, 2011; Lattman-Weltman, 2016). Isso pressupõe o entendimento que a cobertura escandalosa é primordial para os cidadãos tomarem ciência das lutas políticas e decisões mais qualificadas sobre suas escolhas na hora do voto (Chaia & Teixeira, 2001; Azevedo, 2010; Prior, 2016). Essa compreensão perdura em parte devido a legitimidade e autoridade que o jornalismo profissional constituiu para si ao longo dos anos.

O ideal jornalístico “moderno”, portanto, está associado com o desenvolvimento e consolidação das democracias liberais (McNair, 2009). Nessa perspectiva, o jornalismo se coloca como peça fundamental para a manutenção democrática, principalmente quando evoca e vê ser evocado o discurso da liberdade de imprensa para o pleno funcionamento da democracia. Essa posição, acreditamos, precisa ser constantemente tensionada. Há debates importantes nessa arena, mas que tendem a focar nos usos que o jornalismo – como ator político (Lima, 2006; Azevedo, 2017) e também empresa (Marques & Mont’alverne, 2015) – tem feito desse poder. Em especial, em relação à cobertura política.

As análises, em geral, parecem acompanhar essa autoimagem constituída do jornalismo. Mas poderíamos argumentar que as suposições detidas nessas análises partem de uma ilusão. Assim como se tenta medir a objetividade jornalística – ideal sempre problematizado e nunca atingido –, algumas análises de escândalo tentam (re)estabelecer o lugar do jornalismo como guardião moral (Senne, 2009; Nunomura, 2012).

Nesse contexto, todo desvio é tratado como falha, mas não necessariamente aponta para um caminho de compreensão do fazer jornalístico. Uma cobertura de escândalos que compromete um político específico ou um partido é uma cobertura tendenciosa, pois afeta a disputa eleitoral (Thompson, 2002). Análises de enquadramentos⁶ podem aferir isso sem grandes problemas, sem questionar o jornalismo que produz esse viés. Por isso, estamos

propondo olhar o que essas narrativas escandalosas dizem sobre o jornalismo brasileiro. Não se trata de apontar para as falhas de cobertura, mas de se entender o tipo de compromisso político estabelecido pelo jornalismo no Brasil.

Por isso, é importante nos atermos ao lugar de mediação dos jornalistas como narradores cujas estórias dão sentido a nossa existência temporal. O fundamental é entender que essas estórias envolvem padrões narrativos que legitimam os jornalistas como comunidade de intérpretes profissionais (Zelizer, 1992). Hábeis contadores de estórias, dando vazão a sua criatividade, mas correndo o risco de traírem seus ideais profissionais (Bird & Dardenne, 1993, p.273).

De um lado, quanto mais objetivos forem, menos interessantes eles se tornam, pois retiram das estórias os elementos dramáticos e ficcionais que atraem o público (Campbell, 1991). Isso mostra como objetividade não basta para resumir toda a estratégia de legitimação dos jornalistas como intérpretes da realidade, e abre amplo espaço para que possamos observar como a comunicação narrativa produz sentidos através da construção de acontecimentos, que nos são relatados cotidianamente (Motta, 2013), e que se revelam quando aceitamos o desafio de juntar pistas, recorrendo à sensibilidade e rigor flexível do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989).

3 Aproximações às narrativas da unidade artificial

Os sentidos apresentados aqui fazem parte de uma pesquisa maior, que se dedicou a refletir sobre narrativas entendidas como escândalos políticos no jornalismo – especificamente no jornal *O Globo*. No entanto, antes de apresentarmos os indícios que compõem a nossa observação nas páginas do jornal *O Globo*, compreendemos ser importante destacar as justificativas das nossas escolhas e esclarecer nossos procedimentos metodológicos.

Como mencionado, falamos a partir de um encontro entre o paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, e a Análise Crítica da Narrativa, da maneira como foi sistematizada por Luiz Gonzaga Motta. A base do paradigma indiciário não é colher e descrever indícios, mas selecionar e organizar para fazer inferências (Braga, 2008) – e é nesse sentido que o paradigma e a Análise Crítica da Narrativa figuram neste trabalho. No caso do paradigma indiciário, isso diz respeito a observar os

vestígios e marcas expostas diretamente nas narrativas escandalosas – como a valorização das crenças, ideias e percepções que Ginzburg preconizou. Isso é um passo importante para interpretarmos o escândalo político como mentalidade.

Isso diz respeito a um tipo de sistematização que leve em consideração o sensível. E é nesse sentido que o olhar para o residual e marginal, de Ginzburg, ecoa no caminho metodológico da análise de narrativas aludido por Motta (2013). Para este, a retórica das narrativas realistas, como as jornalísticas, estimula um permanente jogo de contrários e cabe ao analista capturar as sutilezas. Motta (2013) destaca que, assim como nos textos da historiografia – para os quais Ginzburg se voltou –, o jornalismo apresenta recursos argumentativos em todas as suas partes.

Podemos dizer que o paradigma indiciário desvela elementos comumente não tão evidenciados nas análises de jornalismo, a partir da articulação com a questão do tempo que, como veremos adiante, desempenha um papel importante na compreensão dessas narrativas. A *Análise Crítica da Narrativa*, por sua vez, reforça essa observação marginal, e nos auxilia a organizar esses sinais e indícios – a construir um panorama de negociações narrativas feitas para que a ideia de escândalo possa, artificialmente, existir e persistir nos jornais.

Nesse contexto, Motta (2013, p.63) destaca que a análise narrativa “procura eleger certos elementos do conjunto, examiná-los em sua substância, observar suas conexões, relacioná-los permanentemente ao todo através de processos indutivos e associativos”. A análise da narrativa, nos termos de Motta (2013) é uma técnica hermenêutica de interpretação dos discursos que circundam fenômenos concretos e abstratos de dada realidade. Ter essa percepção como recurso metodológico nos auxiliou a pensar as camadas de interpretações possíveis às narrativas escandalosas e nos sentidos que se complementam e contrapõem a elas. Buscamos pelos vestígios nessas narrativas que apresentaremos a seguir. Vestígios de uma mediação linguística e temporal operada pelo jornalismo (Motta, 2013), que, acreditamos, ajuda a provocar a ideia de escândalo. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que nos permitem decifrá-la”, afirma Ginzburg (1989, p.177).

Para isso, procedemos preliminarmente da seguinte maneira: 1) estabelecemos o recorte temporal 2003–2016, anos em que o PT ocupou a presidência da República; 2) mapeamos os acontecimentos interpretados como escândalos políticos no jornal *O Globo*, com base

em levantamentos feitos pelo próprio jornal e veiculados à época do processo de impedimento de Dilma Rousseff⁷. Além disso, usamos uma listagem feita também pelo jornal e veiculada em seu site, ao final de todo o processo e, posteriormente, atualizada⁸; 3) identificamos as capas das edições que mencionavam esses acontecimentos; 4) ordenamos essas edições e prosseguimos para a observação das matérias cujas chamadas estavam nas capas.

A respeito do ponto 2, esclarecemos que unimos essas duas listas e traçamos uma linha do tempo (ver Figura 1), para melhor visualização da distribuição dos escândalos durante os treze anos de governos do PT. Essa linha facilita a compreensão de uma tentativa de ordenamento desses episódios que, muitas vezes, aconteceram em sobreposição a outra situação classificada como escândalo, e a outras que não entraram nessa categorização, mas que tomaram a atenção do jornal nesses anos.

Especificamente para as considerações que trazemos neste artigo, observamos 16 edições do jornal *O Globo*. Suas respectivas capas estão ilustrando a seção que segue, inclusive como auxílio à construção de significações dessas narrativas que desvelamos, na tentativa de dar forma a como esse jornal apresentou a “mentalidade escândalo” resguardada no *ethos* profissional jornalístico.

Cabe destacar que *O Globo* faz parte do maior conglomerado de mídia do Brasil: o Grupo Globo. O periódico começou a circular em 1925 e, hoje, mantém-se como uma das publicações jornalísticas mais conhecidas do país. De seu início, no Rio de Janeiro, à época capital federal, até hoje, o jornal *O Globo* tem sua história atrelada aos principais momentos políticos brasileiros. Em tempos recentes, esse entrelaçamento d’*O Globo* com a política foi visto com força no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e amplamente discutido, por autores de abordagens distintas, que ressaltaram desde o forte papel articulador que o jornal desempenhou no processo (Van Dijk, 2017), passando pela sua relação com as elites liberais conservadoras no Brasil (Goldstein, 2017).

3.1 Unidade artificial: estratégias de uniformização de diferentes narrativas escandalosas

Identificamos algumas estratégias narrativas que são responsáveis por sustentar essa mentalidade. Uma delas é a unidade artificial. Ela diz respeito a narrativas que acompanham grandes

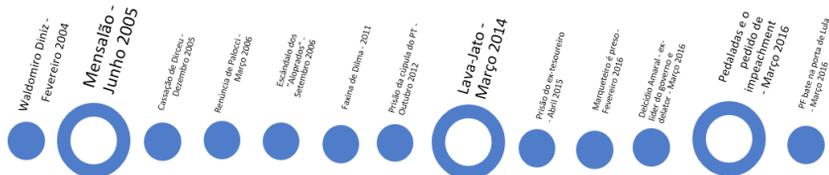
explicitações de malfeitos, como foi o caso do Mensalão e da Lava-Jato (narrativas que ganharam grande repercussão nos governos do PT e que explicamos, em resumo, adiante), e criam uma falsa unidade, como se todas as narrativas estivessem dizendo respeito a um único escândalo; ou então, retomam um escândalo anterior e atualizam sua condição. Essa unidade artificial gerada por essas estratégias reverbera na mentalidade escândalo como um todo. Em outras palavras, ela é capaz de reforçar a permanente sensação de que um dado escândalo está durando muito e/ou que toda a engrenagem pública está permeada por malfeitos.

Nesse sentido, esclarecemos que nossa pretensão foi de trabalhar com o que é caracterizado escândalo pela própria imprensa. Buscamos fazer o movimento inverso: ao invés de estabelecer uma noção de escândalo – midiático – e tentar delimitar as situações nesse caminho pré-concebido, utilizamos as construções de significações (Motta, 2013) já providas pela imprensa e, a partir delas, problematizamos o conceito de escândalo midiático.

Em termos de aproximação com o material, reforçamos que a observação inicial desses recortes foi feita com base no conteúdo apresentado nas capas dos jornais. Ou seja, observamos primeiramente as capas dos jornais ao longo desses episódios que identificamos como escândalos, em busca de indícios sobre as estratégias narrativas que ajudavam a construir a mentalidade escândalo. Quando menções ao escândalo eram feitas na capa, seguiu-se para as matérias relacionadas dentro do jornal. Essa opção foi feita levando em consideração que a visibilidade desses escândalos deu-se, principalmente, a partir das manchetes.

Aqui trazemos algumas narrativas jornalísticas – nas capas de jornais e em matérias no interior do periódico – que apresentam indícios dessa mentalidade que buscamos aludir. Note-se, no entanto, que essa é uma tentativa de ilustrar preliminarmente a concepção de mentalidade escândalo e uma de suas estratégias narrativas, não devendo ser tomada como pretensão de análise aprofundada. Pretende-se, na verdade, apresentar uma possibilidade de compreensão para os escândalos políticos e, conseqüentemente, vislumbrar novas maneiras de abordar essas narrativas.

Figura 1 – Linha do tempo dos escândalos da Era PT, de acordo com o jornal *O Globo*



Fonte: Câmara (2019)

Além da linha do tempo, para fins de contextualização, trazemos um resumo dos trezes escândalos do PT destacados pelo *O Globo*. Na listagem feita pelo jornal, eles aparecem em ordem cronológica, com uma breve descrição do que foi tratado como malfeito e classificado como escândalo.

Vale destacar que, na apresentação proposta pelo periódico, uma foto que remete ao personagem considerado principal acompanha cada um desses curtos relatos. Para facilitar a compreensão, em relação à organização dessa lista que usamos como ponto de partida e ao conteúdo dessas narrativas, transcrevemos a seguir o que está posto em cada um dos escândalos destacados. Essa é uma forma que encontramos de lembrar do que se tratou cada um desses episódios, já que faremos menções a eles ao longo desta seção, sem nos atermos tanto aos pormenores de seus desdobramentos.

- **Waldomiro Diniz:** o então assessor da presidência para assuntos parlamentares protagonizou o primeiro escândalo do governo Lula, em fevereiro de 2004. Waldomiro Diniz foi afastado do cargo depois da divulgação de um vídeo em que aparece cobrando propina para arrecadar dinheiro para a campanha eleitoral de 2002. Ele foi ligado a Carlinhos Cachoeira. Foto de Waldomiro Diniz.
- **Mensalão:** em 2005, o esquema de compra de votos comandado pelo governo do PT foi revelado e colocou Lula contra a parede. Deputados eram pagos com dinheiro público, desviado com a ajuda do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e do operador Marcos Valério. O esquema, revelado por Roberto Jefferson, era chefiado, segundo ministros do STF, por José Dirceu. Foto de Luiz Inácio Lula da Silva.
- **Cassação de Dirceu:** com 293 votos a favor e 193 contra, a Câmara dos Deputados cassou o mandato do então deputado José Dirceu (PT-SP) por quebra de decoro, em dezembro de 2015. A decisão ocorreu depois de uma série de depoimentos de Roberto Jefferson (PTB), que revelaram o escândalo do Mensalão e dos Correios, e que resultaram na demissão de Dirceu da Casa Civil. Foto de José Dirceu.
- **Escândalo dos “Aloprados”:** em 2006, a Polícia Federal prendeu dois integrantes do PT que tentaram negociar um falso

dossiê que ligava José Serra e Geraldo Alckmin – candidatos ao governo de São Paulo e à presidência, respectivamente – ao escândalo dos sanguessugas. Um dos “aloprados”, termo cunhado por Lula, era Hamilton Lacerda, ex-assessor de Aloizio Mercadante. Foto de Hamilton Lacerda.

- Renúncia de Palocci: em março de 2006, Antonio Palocci renunciou ao cargo de ministro da Fazenda. A renúncia aconteceu depois da acusação de que ele teria chefiado o esquema de corrupção na época em que era prefeito de Ribeirão Preto. Palocci teria cobrado “mesadas” de até R\$ 50 mil mensais de empresas que prestavam serviços à prefeitura para os cofres do PT. Foto de Antonio Palocci.

- Prisão da cúpula do PT: em outubro de 2012, 8 anos após a explosão do escândalo do Mensalão, José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares foram condenados por corrupção ativa e formação de quadrilha. Em agosto de 2014, Genoíno pediu progressão de regime e passou a cumprir a pena em casa, assim como Delúbio e Dirceu. Foto de José Genoíno.

- Faxina de Dilma: no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, perderam o cargo sob suspeita de malfeitos os ex-ministros Antonio Palocci (Casa Civil), Wagner Rossi (Agricultura), Orlando Silva (Esporte), Pedro Novais (Turismo) e Mário Negromonte (Cidades). Dilma enfrentava a primeira turbulência no poder. Foto com Dilma Rousseff, Antonio Palocci, Michel Temer (à época, vice-presidente) e Gleisi Hoffmann (à época, nova ministra da Casa Civil).

- Lava-Jato: o juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal conduziram as investigações do maior escândalo de corrupção do país, com foco inicial no desvio de recursos da Petrobrás. Cerca de R\$ 2,9 bilhões já foram recuperados. Delatores disseram que parte da propina do esquema ia para o PT. Foto do ex-diretor de abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

- Prisão do ex-tesoureiro: acusado de receber propina de contratos da Petrobrás para o PT, em doações oficiais e em espécie, o ex-tesoureiro do partido João Vaccari Neto foi preso em abril do ano 2015. Ele já foi condenado pelo juiz Sérgio Moro. Foto de João Vaccari Neto.

- Pedaladas e o pedido de *impeachment*: em parecer unânime do Tribunal de Contas da União, as pedaladas fiscais (manobras contábeis) praticadas pela presidente Dilma Rousseff foram consideradas crime de responsabilidade fiscal. Pedido de *impeachment* contra Dilma na Câmara defende a cassação por crime de responsabilidade. Foto de Dilma Rousseff.

- Marqueteiro é preso: na fase “Acarajé” da Operação Lava-Jato, o marqueteiro das campanhas de Dilma e Lula, João Santana, foi preso junto com a sua mulher, Mônica Moura. Eles são acusados de receber dinheiro de propina no exterior repassado pela Odebrecht. Foto com João Santa e Mônica Moura.

- Delcídio Amaral (ex-líder do governo e delator): o ex-líder do governo, senador Delcídio Amaral, foi preso em flagrante ao tentar comprar o silêncio do delator Nestor Cerveró. Em negociação para firmar acordo de delação, Delcídio implicou Dilma e Lula no escândalo da Petrobrás. Afirmou que ambos atuaram para “melar” a Lava-Jato. Foto de Delcídio Amaral (PT-MS).

- PF bate na porta de Lula: na 24ª fase da operação, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi alvo da Polícia Federal. Ele foi levado para prestar depoimento. Sua relação com empreiteiras é investigada. Filhos de Lula e o seu aliado Paulo Okamoto são alvos da operação. Foto de agentes da Polícia Federal em frente à sede do Instituto Lula.

3.1.1 Tempo: escândalos são retomados anos depois

Com o auxílio do tempo, a primeira estratégia que identificamos foi a possibilidade de fluidez temporal em relação às narrativas de malfeitos. Elas, as narrativas, são postas em um “aqui e agora” paulatinamente diluído. Assim, os escândalos ficam soltos no tempo, podendo ser retomados semanas, meses ou até anos depois, para atualizações. Em geral, o que ocorre são fechamentos de seus processos jurídicos, que voltam a ganhar destaque e mantêm as mesmas apresentações de um escândalo em seu clímax. Em outras palavras, mesmo quando o escândalo está na sua fase final, ou mesmo finalizado, ele é apresentado como se ainda tivesse novas questões para serem apresentadas.

Essa estratégia de unidade artificial através do tempo ajuda o caos narrativo que envolve a explicitação de malfeitos. Isso porque o caos é a subjetividade que o jornalismo precisa dominar para manter a “mentalidade escândalo” acionada. Quanto mais difuso no tempo, mais chance de criar uma unidade artificial e mais chance de expansão da mentalidade.

Foi isso que aconteceu com o escândalo do Mensalão ao longo de nove anos. Indo e voltando para ele, *O Globo* aproveitou todas as chances de atualização jurídica – julgamento, indicação de pena, condenação – para retomar aquele que, até então, era visto como principal escândalo dos governos do PT. Com isso, a “mentalidade escândalo” se apresentou em sua forma máxima de extensão, eclipsando, inclusive, outras narrativas descritas como escandalosas. Todos os escândalos, em perspectiva com o Mensalão, pareciam menores.

No dia 14 de março de 2014, o jornal traz a seguinte manchete: “Mensalão chega ao fim”, fazendo referência ao último julgado do caso pelo STF. Após nove anos – com 40 denunciados, 37 réus, 24 condenados e 13 absolvidos, segundos os números apresentados ainda na capa do periódico – seria o fim⁹, ao menos do protagonismo narrativo, do escândalo do Mensalão. Ao longo desses

anos, obviamente, outros escândalos menores ocuparam as páginas do jornal, mas nenhum com o destaque obtido pelo Mensalão. Afinal, ele foi o responsável por minar a continuidade política de figuras que estavam no centro do poder.

Figura 2, 3 e 4 – O Mensalão ao longo dos anos, da esquerda para direita: 30/03/2006; 09/07/2011; 14/03/2014



Fonte: acervo *O Globo*.

Figura 5, 6 e 7 – Sequência sobre Lava-Jato, da esquerda para direita: 21/03/2014; 30/07/2015; 12/04/2017



Fonte: acervo *O Globo*.

3.1.2 Ação: consequências de narrativas de malfeitos são apresentadas como novos escândalos independentes e múltiplas narrativas de malfeitos são sobrepostas

À época do Mensalão, a mentalidade escândalo é auxiliada pela concomitância das três CPIs que vão compor as investigações das denúncias iniciadas com Roberto Jefferson – a dos Correios, a dos Bingos e a do Mensalão. Essas investigações, embora interligadas, compõem contra-

venções totalmente distintas. Não é possível, hoje, afirmar que os malfeitos que cada CPI passou a investigar não fossem constituir, sozinhos, escândalos próprios. No entanto, é possível dizer que a força do Mensalão, seu poder de destruição e a instauração de uma capacidade de julgar os acontecimentos que estavam na rota política do PT – bons ou ruins – foram reforçadas pelo imbricamento dessas CPIs. Nas capas, elas aparecem com pouca ou nenhuma distinção, o que faz com que a sensação de continuidade permaneça por mais tempo. Sempre que algo de uma das CPIs é anunciado, há uma conveniente unidade na maneira como são tratadas, o que reforça que o parâmetro de normalidade política está sendo constantemente acionado. É um estado quase permanente de suspensão da ordem.

Figuras 8, 9 e 10: (esq. para dir.). Destaques que se referem às CPIs dos Correios (24 de julho de 2005), do Mensalão (19 de novembro de 2005) e dos Bingos (9 de maio de 2006)



Fonte: acervo *O Globo*

3.1.3 Personagens: atores de destaque da política são colocados em narrativas dúbias, não necessariamente consideradas escandalosas, mas que podem (ou não) se conectar a escândalos já existentes

No Mensalão, temos três exemplos dessas unidades artificiais através de personagens: uma envolvendo o ex-Ministro Antonio Palocci, outra com a narrativa envolvendo um personagem ligado ao PT, e uma em que o personagem era o então presidente da Câmara Severino Cavalcanti (à época, PP-PE).

A primeira ocorreu em julho de 2005. Esse mês contabilizou 26 manchetes relacionadas ao Mensalão, fazendo com que as narrativas de Marcos Valério e de Delúbio Soares se tornassem o carro-chefe do escândalo. É aqui também que as associações entre o partido e malfeitos passam a ser feitas com mais facilidade. Tantas, que não necessariamente têm a ver com o Mensalão. É o caso de uma manchete que ficou de fora dessa contagem, do dia 9 de julho de 2005: “Dirigente petista é preso com R\$ 437 mil na mala e na cueca”. A pessoa em questão, detida com o dinheiro, era o secretário de Organização do PT do Ceará e assessor do líder do PT na Assembleia do Ceará, José Nobre Guimarães – irmão do presidente nacional do PT, José Genoíno. No entanto, apesar dessa ligação, não há qualquer relação que possa ser feita com as narrativas do escândalo maior vigente.

Em outro exemplo, ocorrido no mês de setembro do mesmo ano, a unidade artificial é guiada pelo protagonismo de Severino Cavalcanti, à época presidente da Câmara pelo PP-PE. Apesar de considerarmos esse período como sendo envolvido pela grande narrativa do mensalão, seu recorte temporal aponta para o escândalo chamado de “Cassação de Dirceu”, de dezembro de 2005. O escândalo, no entanto, pode ter seu início estipulado em junho, mês em que Dirceu foi afastado do cargo, e não cassado. Consideramos esse como sendo uma primeira parte da narrativa que seria encerrada em dezembro, no momento de sua cassação. Tanto parece ser essa a linha narrativa que se apresenta que, em julho, Dirceu é mencionado em duas manchetes, já que seu futuro apresentava-se inconclusivo. No mês seguinte, Dirceu aparece em cinco manchetes.

Mas há uma ruptura no mês de setembro, justamente ocasionada pelo protagonismo de Cavalcanti, e que proporciona uma conexão não apenas com o que é considerado o escândalo da cassação de Dirceu, mas, da mesma forma, com o mensalão. Até aquele momento, não havia nenhuma manchete que citasse o nome de Severino Cavalcanti. De repente, ele se torna o protagonista. Na manchete do dia 3 de setembro, lê-se:

Depois de pedir pena branda para os envolvidos no mensalão, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), terminou a semana se defendendo da denúncia de que, quando era primeiro-secretário da Câmara, teria cobrado R\$ 10 mil por mês da empresa Buani e Paulucci Ltda pelo monopólio da exploração de um dos restaurantes da Casa. Severino afirma que a Buani está pressionando a Câmara para não ter uma dívida executada (Denúncias põem..., 2005, p.1).

O mote inicial que apresentava sua condição no jogo político, nesse momento, é percebido no começo da matéria: “Depois de defender punições mais brandas **para os envolvidos no escândalo do mensalão**, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), encerrou a semana com explicações antecipadas sobre denúncia de que teria cobrado propina de um concessionário de restaurante da Casa” (Lima & Medeiros, 2005, p.3, grifos nossos). Esta é, no entanto, a única relação que pode ser feita entre o presidente da Câmara e a narrativa do Mensalão.

Ao todo, nesse mês de setembro, foram 16 menções para Severino em manchetes. O caso de Severino não figura entre os escândalos da Era PT, por não ter envolvido figuras ligadas ao partido. Uma das poucas relações que puderam ser feitas está resumida nesse mote de “defesa branda para os envolvidos com o Mensalão”, mas sequer tinha relação com as acusações que o então presidente da Câmara estava sofrendo. Outro ponto interessante é que, embora não esteja listado nos escândalos da época, todas as matérias conectadas com essas manchetes aparecem com o mesmo chapéu: “crise política”. Ou seja, o caso de Severino, à época, era identificado como parte da grande crise política narrada, da qual o Mensalão fazia parte e os seus desdobramentos também. Naquele momento, à mentalidade escândalo, todo e qualquer evento que pudesse chamar atenção suficiente para o aparente dismantelo do exercício político, era visto como elemento da crise política.

Isso é particularmente relevante para a nossa argumentação quando pensamos que, no mês anterior, em agosto, todas as capas traziam manchetes relacionadas ao Mensalão. É improvável que o escândalo tivesse se dissipado – e não tinha mesmo –, mas não havia necessariamente nenhuma nova informação que justificasse a sua permanência no destaque. O caso de Severino Cavalcanti aparece como chave conectiva, que permanece ligando o escândalo “em suspenso” ao momento presente.

Nos dois casos, de José Nobre Guimarães e de Severino Cavalcanti, é possível argumentar que é criada uma unidade artificial – agregando uma narrativa sobre outro problema, mas que resguarda apenas a temática do malfeito como denominador comum – em que é estabelecida uma ideia de continuidade do malfeito.

Já a terceira unidade artificial, observada também no período do Mensalão, envolveu Antônio Palocci e Dilma Rousseff. Em novembro de 2005, quando Palocci estava na mira do Mensalão, outra narrativa

o envolvendo estava sempre à espreita: a de sua divergência com a então chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. O motivo da diferença entre os dois era a condução da política econômica do governo, e nada tinha a ver com o processo de investigação no qual Palocci estava envolvido.

Figuras 11, 12 e 13 – 11, 12 e 23 de novembro de 2005



Fonte: acervo *O Globo*.

O que acontece é que a mentalidade escândalo suscita os mesmos personagens envolvidos nas narrativas escandalosas e os coloca em narrativas “convencionais”, ou seja, não escandalosas. Fazendo assim, há um prolongamento da sensação do escândalo. E, nessa situação, o interessante é que essas duas narrativas passam a coexistir, até se entrelaçar.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi duro numa conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antevendo à noite, no Palácio do Planalto. **Desgastado pelas denúncias de corrupção em Ribeirão Preto e pelo embate com a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff**, Palocci disse ao presidente que, se for para ser frito, prefere sair do governo para se defender (Lima et al., 2005, p.3, grifos nossos).

O *lead* precisa dar conta das duas narrativas que envolvem o então ministro Palocci. Não há mais como desvencilhar uma estória da outra. Na sequência, nessa mesma matéria, lê-se: “Ontem, o ministro passou o dia depondo na Comissão de Finanças da Câmara, onde foi perguntado sobre as suspeitas de corrupção, a política econômica e sua delicada situação no governo” (Lima et al., p.3). Onze dias antes, no dia 12 de novembro, em uma página inteira dedicada ao assunto, tem-se no *lead* da matéria “PT não dá trégua a Palocci”:

Não bastasse a crise envolvendo os ministros **Dilma Rousseff (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda) por causa das críticas da ministra à política econômica conduzida por ele**, o presidente nacional do PT, deputado Ricardo Bezoini, chamou ontem de inadequado fazer um superávit primário acima do previsto – a meta anual de 4,25% já alcançou 6,1% (Barbosa, 2005, p.3, grifos nossos).

No entanto, mesmo com toda a narrativa voltada para o desentendimento entre Palocci e Dilma, há um quadro no meio da página com uma nota sobre a preocupação do presidente Lula com a situação de Palocci, que diz:

Depois de exigir o fim da guerra entre Antonio Palocci e Dilma Rousseff, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou o dia ontem, e também parte da noite de anteontem, monitorando a crise. **Lula permaneceu no Planalto até as 23h40m de anteontem avaliando a situação de Palocci e acompanhando a operação para evitar a prorrogação da CPI dos Correios** ('Na política'..., 2005, p.3).

Essa unidade artificial do escândalo pode ocorrer com situações que envolvem diretamente personagens anteriormente implicados em malfeitos, como o que ocorreu durante a Lava-Jato, com o ex-presidente Lula e a então presidente Dilma Rousseff. Na ocasião, em 2016, Lula quase se tornou ministro de Dilma Rousseff, causando grande comoção na opinião pública, por esta ser considerada manobra jurídica para que Lula obtivesse foro privilegiado. À época, as investigações em torno de Lula estavam cada vez mais acirradas, capitaneadas pelo então juiz Sérgio Moro¹⁰, o que resultou em algumas tentativas de blindá-lo.

Figuras 14, 15, 16 e 17 – capas que remetem ao episódio “Lula Ministro”, de 12, 15, 17 e 18 de março de 2016 (esq. para dir.)



Fonte: acervo *O Globo*.

Esse é um episódio importante de ser destacado porque corrobora com o que viemos argumentando até aqui. Isso porque, de forma semelhante ao que aconteceu com os casos apresentados nessa seção, esse episódio aparece como conectivo de narrativas consideradas escandalosas e estimula uma compreensão de que há um único grande escândalo em vigor, que não tem fim. Uma falsa ideia de unidade, uma unidade artificial.

4 Considerações finais

Ao prefaciá-la obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz (2008) nos diz o seguinte: “nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada”. De forma semelhante, podemos pensar nas discussões que engendramos nessas páginas.

Ao supor que escândalos políticos, em termos de narrativa com sentidos próprio, não existem, podemos supor também que são estimulados a serem imaginados, nas páginas dos jornais, constantemente. Mas não podem ser imaginados no vazio. É preciso que alguns elementos facilitem essa imaginação e, mais do que isso, façam com que a ideia de escândalo não se dissipe completamente, para, sempre que preciso, ela seja facilmente retomada.

Aqui, esses elementos acompanham as narrativas jornalísticas, desde a constituição de um *ethos* profissional, passando pela estruturação de um lugar privilegiado para os escândalos políticos – em que o jornalismo detém, também, o monopólio de sua narração –, e chegando ao agenciamento de formas narrativas específicas. Juntos, esses elementos nos ajudam a dar sentido ao caos narrativo que imaginamos ser o escândalo político. Juntos, esses elementos ampliam ou diminuem a maneira como imaginamos essas narrativas escandalosas, a maneira como julgamos esses acontecimentos. Todos esses elementos estão inscritos em um tempo, são demarcados por ele e ajudam a dar-lhe valor histórico. A isso chamamos “mentalidade escândalo”.

Nessa mentalidade, buscamos apresentar algumas de suas estratégias, especificamente as que fazem com que as diferentes narrativas de escândalos pareçam, cada vez mais, ter unidade

narrativa. Essas estratégias podem ser entendidas a partir de três elementos: tempo, personagens e ação.

Na prática, ao leitor, é dada uma ideia de que estamos falando de uma grande narrativa de escândalo, uniforme e infundável. Uniforme, vale salientar, por apresentar reiteradamente os mesmos personagens e ações similares, que desenvolvem uma noção de que a administração vigente está imersa em uma teia de corrupção sem precedentes e sem probabilidade de acabar – a menos que uma narrativa de salvação possa ser apresentada em contrapartida, com um herói ou com uma possibilidade de interrupção, como passou a ser oferecida a partir de 2014, com a explicitação das narrativas do que seria o escândalo da Lava-Jato, finalizada em 2016, com o impedimento da presidente Dilma Rousseff.

É nesse contexto que apontamos, inicialmente, para a questão do tempo, que fica em evidência como algo fundamental para a instauração da mentalidade escândalo. O tempo, aqui forçadamente cronológico e linear, indica a primeira tentativa de estruturar o caos narrativo que o escândalo apresenta, quando instituído. São diversas ações que se sobrepõem, muitas acontecendo ao mesmo tempo, outras sendo resgatadas de tempos passados, todos confluindo para fazer sentido no presente.

Diante dessa estruturação pretensamente ordenada, é relevante pensar o que esse jornalismo, que se coloca como o palco legítimo e tem o monopólio do escândalo, pensa dessa conceituação de escândalo que ele explicita. Até porque, o que fica evidente, utilizando esse destaque de escândalos feito pelo *O Globo*, é que justamente é impossível obter uma ideia clara do que é escândalo. Assim como diversas outras sequências de malfeitos que ficaram de fora dessa seleção de “escândalos do PT”, e poderiam ser consideradas escândalos, quando comparadas às que entraram na curadoria do jornal, há escândalos que estão presentes nessa listagem que, de perto, não mereceram tanta atenção assim. Ou seja, há um descompasso entre o que eles dizem ser escândalo e ao que eles dão atenção como sendo, de fato, um escândalo. E aqui, mais uma vez, a questão do tempo é importante. Ele serve de medida para que se possa observar a relevância que uma dada situação tem para os jornais. Escândalos considerados “grandes” ocupam mais tempo nos jornais, principalmente em suas manchetes. Isso é elementar.

Com o desenrolar dos acontecimentos, outros marcadores narrativos parecem ganhar importância. Por isso, sentimos necessidade de destacar os personagens que dão pulso aos malfeitos e cujos lugares que ocupam no jogo político são essenciais para serem tomados como relevantes. Não há ideia de escândalo político que não envolva um personagem importante para o presente político. São esses personagens importantes que movimentam as habilidosas narrativas de tensão escandalosa, assim como personagens de menor importância, mas que orbitam ao redor de presidentes, ministros, governadores e prefeitos.

Cada um desempenha uma função nessa articulação, desde explicitar um malfeito, com uma delação, até manter a mentalidade escândalo em funcionamento, com novas pistas. São para esses personagens que olhamos e esperamos algum tipo de retorno em relação à narrativa de escândalo que está sendo apresentada.

Por fim, levou-se em consideração a quantidade de movimentação no jogo político que a explicitação de um malfeito é capaz de gerar. Para se ter um escândalo, poderíamos instituir, é preciso que gere, ao menos, algum tipo de desconforto no lugar de poder, a ponto de haver alterações. Um ministro afastado, um assessor desligado, voltar atrás em relação a alguma decisão já tomada. O que, antes, poderia ser definido em termos de pronunciamento – este pronunciamento já um desconforto suficiente – foi sendo substituído por ações cada vez mais significativas. É nesse sentido que o elemento da ação é posto em análise aqui. Ele não se restringe apenas às ações performadas pelo desconforto do escândalo; a ação também diz respeito às CPIs que são colocadas em funcionamento para investigações e movimentos considerados externos ao trâmite político, como as manifestações que acompanharam em especial algumas das narrativas finais dos governos do PT.

Como nos lembra Braga (2008, p.84), “fazer inferências sobre um fenômeno dado, a partir dos indícios de um caso singular, exige um trabalho de ‘descoberta’ ou ‘invenção’ que é, inevitavelmente, um processo de risco”. Ao expor esses elementos, dentro dessas estratégias de unidades artificiais, esperamos ter assumido esse risco e iluminado um caminho promissor para as análises de narrativas de escândalos políticos, que é enxergar essas explicitações de malfeitos como uma mentalidade. A “mentalidade escândalo”, instaurada pelo jornalismo com a potência de seu lugar de fala privilegiado – e

aqui focamos na narração de episódios políticos – parece ser uma alternativa interessante para os que buscam compreender essas narrativas para além dos vieses e do sensacionalismo dos veículos de comunicação.

NOTAS

- 1 Para reforçar essa afirmação, sem se desprender da linha de raciocínio que estamos propondo, destacamos aqui algumas dessas discussões, cientes de que não estamos esgotando a complexidade da situação. Cf. Martins (2016); Antunes (2006); Almeida (2003); Keck (2010).
- 2 As discussões apresentadas aqui fazem parte das análises apresentadas na tese da autora Clara Bezerril Câmara, intitulada *A “mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro*, defendida no PPGCOM-UFF em 2019 e contemplada com a Menção Honrosa do Prêmio Adelmo Genro Filho 2020, na categoria Doutorado.
- 3 Aqui há uma conexão com as representações coletivas derivadas dos estudos de Durkheim. A ideia de que há uma consciência coletiva formada de fatos sociais, coisificados, pois externos e coercitivos às consciências individuais modulando esta concepção. Isto significa que os valores oriundos da cultura do jornalismo podem ser traduzidos em rituais nos quais a forma de escrever o texto jornalístico tem de ser compartilhada e aceita pelos pares. Daí a importância dos “prêmios de reportagem” como fundamento da solidariedade horizontal entre os jornalistas.
- 4 Esse método foi desenvolvido por Ulrich Oevermann, que estava preocupado em propor um método de análise de estruturas, para pesquisas empíricas na área de Sociologia, na década de 1980.
- 5 Reconhecemos que o termo revive uma ideia de evolução que é falsa e inadequada. Comumente, os autores que discutem esse período também fazem essa ressalva, por entenderem que é um termo problemático.
- 6 Cabe esclarecer, nesse ponto, o porquê de não utilizarmos a noção de enquadramento. Entendemos que ela remete à perspectiva

interacionista simbólica em que o contexto da interlocução (a cena) é fundamental. Ou seja, a perspectiva interacionista, na qual a noção de enquadramento é filiada, está mais centrada na sincronia do que na diacronia, enquanto o termo mentalidade visa justamente apontar a resistência de atitudes crenças e valores no tempo histórico. Além disso, o conhecimento dessa perspectiva histórica pode dar às narrativas um caráter estratégico por parte dos agentes visando determinados efeitos, algo que também se distancia da perspectiva interacionista que abarca a noção de enquadramento, pois aí os quadros envolvem laços intersubjetivos que atravessam relações humanas e as organizam e não visam necessariamente discutir as perspectivas e disputas políticas e partidárias privilegiadas historicamente neste processo. Para mais detalhes, ver Fabrino e Simões (2012).

- 7 Esses eventos foram colocados em uma galeria de fotos no site do periódico, em 2016, quando Rousseff enfrentava o processo de *impeachment*, mas não tinha tido seu mandato interrompido. Recuperado de oglobo.globo.com/brasil/13-escandalos-do-pt-no-poder-18803710
- 8 A última atualização dessa listagem veiculada no site foi registrada em 25/01/2018. Recuperado de acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/os-escandalos-do-pt-desde-inicio-da-era-lula-o-terremoto-com-lava-jato-18824010
- 9 Isso não significou, no entanto, que as referências ao escândalo do Mensalão cessassem. O que mudou foi que, diante do novo escândalo que viria, a Lava-Jato, as reminiscências do Mensalão estariam voltadas para alguns novos malfeitos, agora protagonizados por aqueles que foram condenados no processo. Com alcunhas como “condenados do mensalão” ou “mensaleiros”, algumas matérias seriam veiculadas na mesma semana. Por exemplo, na matéria de 18 de março de 2014, lê-se: “Condenado no mensalão é preso em ação da PF”. A prisão nada tem a ver com o Mensalão. Ela é, no entanto, feita dentro da Operação Lava-Jato.
- 10 Frisa-se que, após as eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro (PSL), Sérgio Moro foi convidado para ser Ministro da Justiça do atual governo – e aceitou.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. (2000). Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. *Revista Contracampo*, (04), 23–57. DOI: 10.22409/contracampo.v0i04.414
- Aldé, A., & Vasconcellos, F. (2008). Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. *Anais do II Congresso Anual dos Pesquisadores em Comunicação Política*. Recuperado de www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/ale-alde.pdf
- Almeida, P. R. D. (2003). A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. *Revista De Sociologia e Política*, (20), 87–102. DOI: 10.1590/S0104-44782003000100008
- Antunes, R. (2006). *Uma esquerda fora de lugar: O governo Lula e os descaminhos do PT*. São Paulo: Autores Associados Ltda.
- Azevedo, F. (2010). Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. *Debate, Belo Horizonte*, 2 (3), 14 –19. Recuperado de www4.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo_97.pdf
- Azevedo, F. (2017). *A grande imprensa e o PT (1989–2014)*. São Carlos: EdUFSCar.
- Bird, E., & Dardenne, R. (1993). Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp.263–277). Lisboa: Veja.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Braga, J. L. (2008). Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes*, 1 (2), 73–88. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88
- Braudel, F. (1965). História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, 30(62), 261–294. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422
- Câmara, C. B., & Melo, S. (2018). Escândalo como narrativa útil: repensando a relação entre jornalismo e democracia. *Logos*, 25(2), 166–181. DOI: 10.12957/logos.2018.37082
- Câmara, C. B. (2019). *A “mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro* [tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF).
- Campbell, R. (1991). *60 Minutes and the news: A mythology for*

middle America. University of Illinois Press.

Chaia, V., & Teixeira, M. A. (2001). Democracia e escândalos políticos. *São Paulo Em Perspectiva*, 15 (4), 62–75. DOI: 10.1590/S0102-88392001000400008

Darnton, R. (1988). *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal.

Darnton, R. (2012). *O Diabo na Água Benta*. São Paulo: Cia das Letras.

Ettema, J. S., & Glasser, T. L. (1989). Investigative journalism and the moral order. *Critical Studies in Media Communication*, 6 (1), 1–20. DOI: 10.1080/15295038909366728

Fabrino, R. & Simões, P. G. (2012). Enquadramento. Diferentes Operacionalizações Analíticas de um Conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (79), 187–201. DOI: 10.1590/S0102-69092012000200012

Febvre, L. (1977). *Combates pela História*. Lisboa: Editora Presença.

Fleck, L. (2010). *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum.

Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Goldstein, A. (2017). A Imprensa Brasileira e suas “Cruzadas Morais”: Análise dos Casos do Segundo Governo de Getúlio Vargas e do Primeiro Governo de Lula da Silva. *Dados*, 60 (2), 395–435. DOI: 10.1590/001152582017124

Guazina, L. S. (2011). *Jornalismo em Busca da Credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão* [tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB.

Jácome, P. (2017). *O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno* [tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional UFMG.

Keck, M. E. (2010). *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein.

Lattman-Weltman, F. (2016). Fidelidade ou credibilidade? Desafios políticos ao jornalismo brasileiro contemporâneo. Anais do 10º Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política–ABCP. Recuperado de cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/fidelidade-ou-credibilidade-desafios-politicos-ao-jornalismo.pdf

Lima, V. A. D. (2006). *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Mont'Alverne, C., & Marques, F. P. J. A. (2015). A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos Em Jornalismo E Mídia*, 12(1), 121–137. DOI: 10.5007/1984-6924.2015v12n1p121

Martins, J. S. (2016). *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto.

McNair, B. (2009). Journalism and Democracy. In Wahl-Jorgensen, K., & Hanitzsch, T. (Orgs.), *The handbook of journalism studies* (pp.237–249). New York, London, India: Routledge.

Motta, L. G. & Guazina, L. (2010). O conflito como categoria estruturante da narrativa política: O caso do Jornal Nacional. *Brazilian Journalism Research*, 6 (1). DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v6n1.2010.251>

Motta, L. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora UnB.

Nora, P. & Le Goff, J. (1974). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Nunomura, E. Y. (2012). *O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja* [dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. DOI: 10.11606/D.27.2012.tde-18122012-125216

Pohlmann, M., & Valarini, E. (2013). Economic elites in Brazil: A study of the internationalization of top manager's careers. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (47), 39–53. DOI: 10.1590/S0104-44782013000300005

Pohlmann, M., Bär, S., & Valarini, E. (2014). The analysis of collective mindsets: introducing a new method of institutional analysis in comparative research. *Revista de Sociologia e Política*, 22(52), 7–25. DOI: 10.1590/1678-987314225202

Prior, H. (2015). O Escândalo Político como experiência narrativa. *Brazilian Journalism Research*, (11)2, 100–119. DOI: 10.25200/BJR.v11n2.2015.722

Prior, H. (2016). *Esfera Pública e Escândalo Político – A Face Oculta do Poder*. Porto: Media XXI.

Senne, F. J. N. (2009). *Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: Uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento* [dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB.

Silva, M. T. (2014). Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do “Mensalão”. *Intexto*, (30), 72–92. Recuperado de www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/47822/30387

Sodré, M. (2006). *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Soloski, J. (1993). Jornalismo e Profissionalismo. Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (pp.91–100). Lisboa: Veja.

Schwarcz, L. (2008). Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário). In B. Anderson, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Raminelli, R. (1990). Lucien Febvre no caminho das mentalidades. *Revista de História*, (122), 97-115. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i122p97-115

Ribeiro, A. P. G. (2003). Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, 1(31), 147-160. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>

Ribeiro, A. P. G. (2007). *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers.

Schudson, M. (1993). *Watergate in American Memory*. New York: Basic Books.

Thompson, J. B. (2002). *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.

van Dijk, T. A. (2017). How globo media manipulated the impeachment of Brazilian president Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199-229. DOI: 10.1177/1750481317691838

Zelizer, B. (1990). Achieving journalistic authority through narrative. *Critical Studies in Media Communication*, (7)4, 366–376. DOI: 10.1080/15295039009360185

Zelizer, B. (1992). *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago: University of Chicago Press.

Volvelle, M. (1985). *Ideologías y mentalidades*. Madrid: Ariel.

Wallon, H. (1972). The emotions. *International Journal of Mental Health*, (1) 4, 40–52. DOI: 10.1080/00207411.1972.11448596

Jornais citados

Barbosa, A. A. (2005, novembro). PT não dá trégua a Palocci. *O Globo*, São Paulo, Matutina, O País, p.3.

Denúncias põem Severino no fogo cruzado da crise. (2005, setembro). *O Globo*, Rio de Janeiro, Matutina, p.1.

Lima, M., & Medeiros, L. (2005, 3 de setembro). Severino no olho do furacão. *O Globo*, Brasília, Matutina, O País, p. 3.

Lima, M., Alvarez, R., & Beck, M. (2005, 23 de novembro). 'Não vou ser outro Dirceu'. *O Globo*, Brasília, Matutina, O País, p.3.

Mensalão chega ao fim. (2014, março). *O Globo*, Rio de Janeiro, Matutina, p. 1.

'Na política tem isso de intrigas'. (2005, novembro). *O Globo*, Brasília, Matutina, O país, p. 3.

CLARA BEZERRIL CÂMARA. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Pesquisadora de pós-doutorado (bolsista Capes Brasil/Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação) no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrante do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep). E-mail: clarabcamara@gmail.com

MARCO ANTONIO ROXO DA SILVA. Doutor em Comunicação (PPGCOM-UFF). Professor Associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF (PPGCOM-UFF). Faz pós-doutorado sênior na PUCRS, sob a supervisão do Professor Juremir Machado, e com bolsa do CNPq. E-mail: marcos-roxo@uol.com.br

PARECERES

Um dos pareceres utilizados na avaliação deste artigo pode ser acessado em: <https://osf.io/hcved/>

Seguindo a política de ciência aberta da BJR, o avaliador autorizou a publicação do parecer e a divulgação do seu nome.